



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 4 de Maio de 2009 (05.05)  
(OR. en/de)**

**9309/09**

**COPEN 80  
EJN 26  
EUROJUST 25**

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Edmund Ducwitz, Representante Permanente, Representação Permanente da Alemanha junto da União Europeia
para:	Javier Solana, Secretário-Geral/Alto Representante, Secretariado-Geral do Conselho
Assunto:	Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho da União Europeia, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas – Carta de notificação da Alemanha

---

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, uma carta de notificação da Alemanha a respeito da Decisão-Quadro mencionada em epígrafe.

S. Exa. o Secretário--Geral  
do Conselho da União Europeia,  
Javier Solana  
Rue de la Loi, 175  
1048 Bruxelas

ASSUNTO: **Transposição da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho da União Europeia, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas ("Decisão-Quadro 'Congelamento'") (JO L 196 de 2.8.2003, p. 45-55)**

- **Comunicação do Governo da República Federal da Alemanha ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão das Comunidades Europeias**

ANEXO 1

Bruxelas, 26 de Março de 2009

Excelentíssimo Senhor Secretário--Geral,

Tenho a honra de informar V. Exa. de que a lei de transposição da Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho da União Europeia, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas, entrou em vigor em 30 de Junho de 2008.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 14.º da Decisão-Quadro, os Estados-Membros devem comunicar o texto da legislação de transposição.

Junto envio a V. Exa. o texto das disposições que transpõem as obrigações resultantes da Decisão-Quadro do Conselho da União Europeia, de 22 de Julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas. A lei de transposição veio alterar algumas disposições da lei sobre o auxílio judiciário internacional em matéria penal. As alterações entraram em vigor em 30 de Junho de 2008.

Passo a transcrever o texto das declarações da República Federal da Alemanha sobre a Decisão-  
-Quadro em questão:

**Ad artigo 4.º:**

As autoridades competentes são as Procuradorias dos *Länder*.

**Ad n.º 3 do artigo 9.º:**

A República Federal da Alemanha aceita as certidões em qualquer uma das línguas oficiais dos Estados de emissão que aceitem as certidões emitidas em alemão pelas autoridades judiciais alemãs.

(Fórmula de cortesia)

---